

MERCADOS

Bovespa emenda nova perda e recua para 180 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL
E AMÉLIA ALVES/AE

Agora no menor nível desde 20 de março, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) cedeu ontem, em direção aos 180 mil pontos, acumulando perda de cerca de 18 mil pontos em pouco menos de um mês quando comparado às máximas históricas de 14 de abril, então a 198,6 mil naquele fechamento, tendo chegado também à casa de 199 mil pontos no intradía na mesma sessão. Ontem Índice Bovespa (Ibovespa) resvalou para 179.938,70 pontos na mínima do dia, saindo de abertura a 181.896,57 em nível correspondente à máxima desta terça-feira.

Ao fim, marcava 180.342,33 pontos, em baixa de 0,86%, com giro a R\$ 29,1 bilhões. Na semana, em duas sessões, o Ibovespa recua 2,05% e, no mês, cai 3,72%. No ano, sobe 11,93%. A desta terça foi a terceira perda em quatro sessões, com destaque para o mergulho de 2,38% na última quinta-feira - na sexta, a alta foi de apenas 0,49%.

Dentre as blue chips, nem mesmo Petrobras (ON -1,16%, PN -1,62%) se descolou de mais um dia de correção na B3, após o balanço trimestral em geral conforme o esperado - ainda que em alguns pontos abaixo do que se previa. Os resultados favoreceram uma realização de lucros nos papéis da estatal, que ainda acumulam fortes ganhos no ano, de 55,77% na ON e de 49,92% na PN. Dessa forma, as ações da empresa não surfaram nova alta do Brent, de cerca de 3,5% na sessão.

Principal papel do Ibovespa, Vale ON chegou a ensaiar alta no fim da sessão, mas fechou ainda em baixa, de 0,24%. Entre os bancos, destaca para Itaú PN, em queda de 1,14%, e para BB ON, que encerrou na mínima do dia, em

baixa de 1,02%. O dólar à vista seguiu a R\$ 4,89, pouco acima da estabilidade nesta terça-feira.

Na B3, na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Braskem (+29,02%) - após a elevação da recomendação do JPMorgan, para compra, com o papel tendo acumulado muito desconto -, à frente de Hapvida (+9,27%) e Direcional (+3,5%). No lado oposto, Natura (-5,62%), Yduqs (-4,03%) e Azzas (-3,29%).

Em Nova York, após novos recordes para S&P 500 e Nasdaq na segunda-feira, o dia foi de ajuste, com destaque para o índice de tecnologia, que cedeu 0,71% - o Dow Jones obteve ao fim leve ganho de 0,11% na sessão.

DÓLAR

O dólar perdeu fôlego nas últimas duas horas de negociação no mercado local e encerrou a sessão de ontem, próximo à estabilidade, na casa de R\$ 4,89. Em dinâmica similar à observada na segunda-feira, o real conseguiu, em grande parte, se descolar da onda de fortalecimento da moeda norte-americana no exterior provocada pelo aumento das tensões geopolíticas. O impasse nas negociações de paz entre Estados Unidos e Irã fez os preços do petróleo saltarem mais de 3%, com o barril do Brent alcançando US\$ 107 o barril.

Com máxima de R\$ 4,9158, registrada no início da tarde, o dólar encerrou o dia a R\$ 4,8954 (+0,08%). Foi o terceiro pregão consecutivo de fechamento abaixo da linha de R\$ 4,90. O real apresentou ontem o segundo melhor desempenho entre as principais divisas globais, atrás apenas do peso chileno. A moeda americana já acumula baixa de 1,16% nas sete primeiras sessões de maio, após desvalorização de 4,36% em abril. No ano, as perdas são de 10,81%.

PETRÓLEO

Petrobras visa mais produção para mitigar efeitos da guerra

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A Petrobras não tem intenção em mudanças abruptas de preço de combustíveis no Brasil, apesar do encarecimento do preço do petróleo no mercado internacional, por causa da guerra no Oriente Médio. Segundo a presidente da estatal, Magda Chambriard (foto), a estatal busca o aumento de produção para garantir a segurança energética do país.

"A Petrobras tem trabalhado para aumentar a produção dos derivados (de petróleo) no mercado brasileiro, o que se revelou ainda mais importante a partir de março, em condições de guerra do Irã", disse ontem, no Rio de Janeiro.

"Mudanças abruptas estão fora da nossa intenção de repasse", completou, durante entrevista a jornalistas sobre o balanço financeiro da empresa.

Os ataques entre Estados Unidos e Israel ao Irã começaram no dia 28 de fevereiro. A região concentra países produtores de petróleo e o Estreito de Ormuz, passagem marítima no sul do Irã, que sofreu bloqueios. Por lá, passavam antes da guerra cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás natural.

Com a cadeia logística em turbulência, a oferta do óleo cru e seus derivados diminuiu no mundo, levando à escalada dos preços. O barril do Brent, referência internacional de preços, saltou de US\$ 70 para mais de US\$ 100, atingindo picos ao redor de US\$ 120.

O petróleo é uma commodity, isto é, mercadoria negociada a preços internacionais. Por isso, o encarecimento do produto é sentido também no Brasil, mesmo sendo país produtor.

Para tentar frear a escalada no mercado interno, o governo

federal tomou medidas como a isenção de tributos federais que incidem nos combustíveis e subvenção econômica (espécie de reembolso) para produtores e distribuidores.

GASOLINA E ETANOL

Desde o início da guerra, a Petrobras reajustou o óleo diesel - usado principalmente por caminhões e ônibus - e o querosene de aviação (QAV).

A gasolina não sofreu reajuste. Questionada sobre possível aumento de preço da gasolina, para acompanhar a escalada no mercado internacional, a presidente apontou que monitora os preços, mas também a participação no mercado (market share) e a concorrência com o etanol.

"Temos a competição com o etanol, que em quinze dias caiu de preço. O Brasil tem uma frota flex, e só no posto o motorista escolhe qual combustível usar", explicou.

Magda complementou que a produção de gasolina da companhia atende à demanda brasileira. O país importa, mas também exporta o combustível.

A diretora de Logística, Comercialização e Mercados da Petrobras, Angelica Laureano, acrescentou que decisão sobre investir em confiabilidade das estruturas e que 2026 é um ano de baixa nas manutenções (paradas) programadas.



Senado. "Se a empresa avaliar que está persistentemente com o preço que não atende às nossas expectativas, a gente vai aumentar; e o PLP, talvez, venha para nos ajudar a não repassar isso ao mercado", afirmou. A diretora garantiu que atualmente o preço "está equilibrado".

DESEMPENHO

A presidente da Petrobras destacou o excelente desempenho operacional da empresa, com um recorde de produção de óleo e gás. No primeiro trimestre, a produção foi 16,1% superior à do primeiro trimestre do ano passado.

De acordo com Chambriard, o Fator de Utilização Total (FUT) das refinarias está acima de 100%, o maior desde dezembro de 2014.

FUT é um indicador sobre o patamar de produção das refinarias. De acordo com a Petrobras, as refinarias têm capacidades máximas de projeto e de referência, mas é possível operar acima, caso haja autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão federal regulador do setor.

A empresa afirmou ainda que investe em confiabilidade das estruturas e que 2026 é um ano de baixa nas manutenções (paradas) programadas.

LUCRO

A Petrobras registrou lucro de R\$ 32,7 bilhões no primeiro trimestre de 2026. O resultado é

mais que o dobro (110%) que o obtido no último trimestre de 2025 (R\$ 15,6 bilhões).

Já na comparação com o mesmo período do ano passado (R\$ 35,2 bilhões), o resultado revela recuo de 7,2%.

De acordo com Magda Chambriard, a diferença a menos é explicada pelo câmbio. Se calculado em dólar, o lucro apresenta leve alta.

"Temos efeito câmbio que não tem efeito no caixa da companhia", diz.

O balanço financeiro aponta ainda que os investimentos da companhia totalizaram R\$ 26,8 bilhões, o que representa uma expansão de 25,6% em comparação ao primeiro trimestre de 2025.

A dívida da companhia somou US\$ 71,2 bilhões (equivalente a R\$ 350 bilhões) no trimestre - alta de 10,8% na comparação anual - no entanto, dentro do limite previsto no plano de negócios 2026-2030, ou seja, abaixo de US\$ 75 bilhões.

O custo médio do barril de petróleo tipo Brent, referência internacional de preço, foi de US\$ 80,61, 26,6% superior ao do último trimestre de 2025.

Segundo o comunicado da companhia, o aumento recente dos preços do petróleo e o recorde da produção não se refletiram nas receitas do primeiro trimestre.

"Por exemplo, no mercado asiático, destino da maior parte das nossas exportações, a precificação costuma ocorrer com base nas cotações do mês anterior àquele da chegada da carga", detalha.

"Portanto, a elevação nos preços de petróleo após o início do conflito no Oriente Médio estará refletida em exportações do segundo trimestre", finaliza o comunicado a investidores.

ABRACICLO

Produção de motos sobe 6,4% no melhor abril em 18 anos

EDUARDO LAGUNA

A produção de motos teve crescimento de 6,4% em abril, ante igual período de 2025, atingindo o maior volume para o mês em 18 anos. No total, foram fabricadas 184,4 mil motocicletas, segundo balanço da Abraciclo, a entidade que representa as montadoras do polo industrial de Manaus (AM), onde está concentrada quase toda a produção nacional.

Na comparação com março, que teve dois dias úteis a

mais, houve queda de 13,3% na produção de motocicletas no mês passado. De janeiro a abril, a produção somou 745,8 mil unidades, com alta de 10,6% em relação aos quatro primeiros meses do ano passado. Foi também o melhor desempenho, entre iguais períodos, desde 2008.

"O resultado reflete o aumento da demanda por motocicletas, com as fabricantes operando em ritmo forte para atender ao mercado", comentou o presidente da Abraciclo, Marcos Bento.

FINANCIAMENTOS

BNDES atinge lucro recorrente de R\$ 3,1 bilhões no primeiro trimestre

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

No primeiro trimestre deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou um lucro recorrente de R\$ 3,1 bilhões, uma alta de 17% frente ao mesmo período do ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses, o lucro recorrente é de R\$ 15,6 bilhões.

"No final do ano passado, o resultado foi recorde. Tivemos um lucro recorde que atingiu R\$ 15,2 bilhões. No primeiro trimestre deste ano, esse resultado foi recorde novamente, com R\$ 15,6 bilhões de lucro recorrente nos últimos 12 meses", anunciou Alexandre Abreu, diretor Financeiro e de

Mercado de Capitais do banco.

Os ativos totais do banco, neste primeiro trimestre, somaram R\$ 995 bilhões, maior valor nominal da história, segundo o BNDES. A carteira de crédito alcançou R\$ 678,2 bilhões, alta de 14% em relação a 2025 e maior patamar desde 2016. O patrimônio líquido atingiu R\$ 192 bilhões.

Segundo o banco de fomento, o resultado operacional também manteve uma trajetória de crescimento no período, com as aprovações e desembolsos superando as marcas dos últimos anos.

As aprovações de crédito somaram R\$ 45,7 bilhões, aumento de 37% em relação ao primeiro

trimestre de 2025. Os desembolsos foram de R\$ 36,2 bilhões, alta de 44% em relação ao mesmo período do ano passado.

Os números do banco mostraram crescimento de 51% nas aprovações de crédito para o setor de infraestrutura (R\$ 13,4 bilhões), de 40% (R\$ 9,1 bilhões) para a agropecuária e de 67% (R\$ 8 bilhões) para a indústria.

As aprovações de crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPME) atingiram R\$ 29 bilhões, alta de 120% na comparação com o mesmo período de 2025. As garantias prestadas por fundos garantidores em operações realizadas por agentes financeiros chegaram a R\$ 20,8 bi-

lhões.

"Se olharmos o histórico, o BNDES vem em uma trajetória de crescimento muito forte e muito consistente. Estou falando de um crescimento com qualidade. Crescemos fortemente nas consultas e isso tem a ver com a percepção dos empresários sobre as entregas do BNDES. Cada vez temos mais projetos chegando", disse Aloizio Mercadante, presidente do BNDES.

A inadimplência registrada para 90 dias foi de 0,046%, o que o BNDES considera expressivamente inferior à do Sistema Financeiro Nacional, atualmente em 4,33% no geral e de 0,60% para grandes empresas.

Nota**CAIXA CONSÓRCIO ATINGE R\$ 50 BILHÕES EM CARTEIRA ADMINISTRADA**

A Caixa Consórcio, empresa do conglomerado Caixa Seguridade, atingiu em março deste ano a marca de R\$ 50 bilhões em carteira administrada. A companhia entende que o resultado reflete estratégia de ampliar o acesso ao consórcio no País, com soluções voltadas a diferentes perfis de consumidores e foco em planejamento financeiro, aquisição patrimonial e previsibilidade

de longo prazo. "Alcançar R\$ 50 bilhões em carteira administrada em cinco anos demonstra a capacidade da Caixa Consórcio de combinar solidez, distribuição nacional e desenvolvimento de soluções alinhadas às necessidades dos brasileiros", afirma o presidente da Caixa Seguridade, Gustavo Portela, em nota. "O consórcio vem ampliando seu papel como instrumento de planejamento financeiro e formação de patrimônio, e enxergamos espaço relevante para a continuidade desse crescimento nos próximos anos."

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-ClaroRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

RECURSOS

BNDES deve investir R\$ 50 bi no setor de minerais críticos

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está analisando atualmente 56 projetos relacionados a minerais críticos. A informação foi passada, ontem para a imprensa pelo presidente da instituição, Aloizio Mercadante.

Em entrevista coletiva na ca-

pital paulista para divulgar o balanço trimestral do banco, Mercadante falou que o BNDES pretende atuar fortemente nesse tipo de mineração.

"Nós estamos trabalhando com a possibilidade de chegar a R\$ 50 bilhões de investimento e de crédito nesse setor", disse.

O presidente do BNDES informou ainda que o banco tem diversificado sua carteira, "saindo dos setores tradicionais

para investir em novos setores" como o de fertilizantes, carrovoador, bioinsumos para a agropecuária e também na Embraer. Outra área que está em foco no BNDES é a de inteligência artificial.

ACORDO UE-MERCOSUL

Durante a entrevista, Mercadante também comentou sobre o acordo recentemente fechado entre os países do Mercosul

com a União Europeia e que entrou em vigor, de forma provisória, no dia 1º de maio. Segundo ele, o tratado representa um grande avanço para ambos os blocos e "muito importante no cenário de unilateralismo comercial".

"O acordo é uma oportunidade de a Europa olhar mais para o Mercosul e da gente olhar mais para a Europa", destacou o presidente do BNDES.

CÂMARA

Durigan é contra indenização a empresas por fim da escala 6x1

FLÁVIA SAID
E CÍCERO COTRIM/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse ser "radicalmente contra" as demandas das empresas por indenização e compensação com uma mudança na escala de trabalho 6x1. "Quando a gente reconhece ganhos geracionais, isso não é só Brasil que faz, é um debate mundial.

Outros países fazem, fazem melhor que a gente, já fizeram há muitos anos antes da gente, e não houve indenização para quem não é o titular dessa hora de trabalho", disse, em audiência pública Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o tema.

Nesse contexto, ele ponderou que o Ministério da Fazenda vê a necessidade de pensar em, por exemplo, um Desenrola para pequenos negócios. "Eu defendo, sim, que é importante que a gente tenha esse tipo de socorro, de ajuda para o pequeno negócio. Por isso que a gente precisa ter capacitação, como faz o Sebrae, como faz o Senar e os outros serviços da indústria e do comércio. A gente precisa avançar nisso e acho que o Estado precisa ter linha de crédito, o Estado precisa ajudar na transformação digital, na transformação ecológica, dando ganho de eficiência, ganho de sustentabilidade, para que a gente caminhe enquanto País para um outro

patamar".

Para o ministro, com o eventual fim da escala de trabalho 6x1, a realidade vai mudar. "Se a gente tem hoje uma dinâmica de trabalho na empresa, é preciso otimizar essa dinâmica de trabalho. É preciso que a gente construa e corrija gargalos de eficiência", avaliou.

Na visão de Durigan, da mesma forma que a política de valorização do salário mínimo forçou, de certa forma, um aumento de renda, a mudança da jornada tende a forçar um ganho de produtividade para os dois lados. "O trabalhador vai ser exigido a cumprir a sua jornada reduzida, com mais eficiência, para que ele entregue o mesmo trabalho e não gere redução do crescimento econômico, ou da geração de riqueza que hoje o faz".

Segundo o ministro, a informalidade também tende a diminuir com a redução da jornada. "Você gera mais estabilidade na jornada e mais satisfação em um trabalhador, tendendo a diminuir informalidade, não aumentar a informalidade".

Ele reforçou que, mesmo numa dinâmica de fim da 6x1, com a redução da jornada sem redução de trabalho, o ponto da negociação coletiva vai ser impor-



tante. "Para essa acomodação, para essa simulação, para esses ajustes, é muito importante que a gente siga tendo espaço de negociação coletiva entre o setor patronal e o setor trabalhista".

ANEEL A SOBRE OS CUSTOS DA MUDANÇA

Ao defender o fim da escala de trabalho 6x1, Durigan reconheceu que do ponto de vista das empresas, há estudos apontando para custos com a mudança. "Mas é importante ponderar isso para que a gente não ache que é algo disseminado, algo generalizado", afirmou durante a audiência para comentar os impactos econômicos do fim da escala de seis dias de trabalho por um de descanso.

"A maioria da população brasileira que trabalha já está em uma dinâmica 5x2, e mesmo quem está contratado em uma jornada 6x1 não fica 44 horas no trabalho, já trabalha menos que 44 horas", prosseguiu. Segundo ele, há uma questão de desigualdade no trabalho e quem trabalha na escala 5x2 ganha mais.

Ao reconhecer possíveis custos para as empresas, Durigan relacionou esse debate ao au-

mento do salário mínimo, que, segundo ele, não veio de um processo negocial e orgânico entre trabalhadores e empregadores. "Houve um aumento de renda das famílias nos últimos três anos, mais do que a gente pôde observar no período anterior. E isso é a política de valorização do salário mínimo, que foi, não sem debate, não sem queixa, não sem acomodação, mas que foi assimilada para o nosso sistema."

Ele considerou que o piso brasileiro ainda é baixo e um dos menores na região, mas pontuou que tanto a política do mínimo quanto a mudança na escala de trabalho geram ganho de eficiência "Uma política de valorização do trabalho, inclusive na jornada de trabalho, eliminando a 6x1, indo para a 5x2, você tem um chamado, por isso que eu digo que é uma questão geracional, um chamado de ganho de eficiência, seja para o setor produtivo, seja para o trabalhador", sustentou.

Para o ministro, o fim da escala 6x1 é importante porque o trabalhador que tem uma qualidade de vida melhor. "Certamente vai ter mais produtividade, menos rotatividade no trabalho". "A gente não pode esquecer que o trabalhador é parte central da economia", disse o ministro a deputados da Comissão Especial sobre o tema

IMPOSTOS

Lula assina MP que zera combraça da 'taxa das blusinhas'

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, uma Medida Provisória (MP) para acabar com a cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, apelidada de "taxa das blusinhas". A Medida Provisória foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial desta terça-feira.

No ato de assinatura oficial, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, explicou que foi possível zerar o imposto após três anos de combate ao contrabando e maior regularização do setor.

"O contrabando, que era uma marca presente nesse setor, foi eliminado. Agora, o setor regularizado vai poder usufruir dessa isenção sobre esses produtos", afirmou.

Para o secretário, a decisão vai beneficiar a população de baixa renda que utiliza plataformas para adquirir produtos. "Não é só blusinha".

A ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, destacou que, apesar do apelido, as compras internacionais desse valor são diversificadas, não apenas de roupas. "Não é só roupa. Há um conjunto de outros bens que são comprados, todos de valor pequeno", afirmou.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que zerar as taxas federais dessas compras melhora o perfil da nossa tributação.

"Os números mostram que a maior parte das compras, de fato, é de baixo valor. Está associado ao consumo popular".

A chamada "taxa das blusinhas" entrou em vigor em agosto de 2024

IBERO-AMERICANA

Diretor da Aneel assume presidência de Associação de energia

JOÃO CAIRES/AE

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, assumiu na segunda-feira, a presidência da Associação Ibero-Americana de Entidades Reguladoras da Energia (Ariae). O mandato vai de maio de 2026 até abril de 2027.

A posse ocorreu durante a Assembleia Geral da entidade, realizada na sede da Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia (CNMC), em Madrid, na Espanha. Feitosa sucede a An-

drés Astacio, da Superintendência de Eletricidade da República Dominicana, que ocupava o cargo desde maio de 2025. Em abril de 2027, a presidência será transferida para Zelmar Rodríguez, da Autoridade Nacional dos Serviços Públicos do Panamá.

Com o Brasil na presidência, a principal mudança é o aumento da influência brasileira na coordenação dos debates regulatórios do setor energético ibero-americano, com a capacidade de direcionar as prioridades e pautas da associação.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.

Companhia fechada
CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026: 1. HORA, DATA E LOCAL: As 15 horas do dia 29 de abril de 2026, por meio de plataforma de videoconferência, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20 ("IN DREI 81"). **2. PRESENÇA E QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:** Presentes os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme registro por meio de plataforma eletrônica. Presentes, também, a totalidade dos Diretores da Companhia, a Sra. Gabriela Codorniz, advogada da Companhia. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mário de Andrade Ramos Neto, e secretariados pela Sra. Gabriela Codorniz. **4. CONVOCAÇÃO:** A convocação foi publicada no jornal Diário do Acionista, edições dos dias 17, 20 e 22 de abril de 2026. **5. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram publicados no jornal Diário do Acionista, na edição de 5 de março de 2026. **6. ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre: (i) As contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) A proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) A fixação do número de membros para compor a Diretoria da Companhia; (iv) A eleição dos Diretores da Companhia; e (v) A remuneração anual global dos Diretores. **7. DELIBERAÇÕES:** Inicialmente, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A. Em seguida, os acionistas deliberaram: **7.1.** Aprovar, por unanimidade de votos, com abstenção dos legalmente impedidos, as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **7.2.** Aprovar, por unanimidade de votos, a destinação do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 10.713.421,36 (dez milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), nos termos do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma: (i) a destinação do montante de R\$ 563.864,28 (quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) para a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; (ii) a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 2.537.389,27 (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais e sete centavos), a serem distribuídos aos acionistas ao longo do exercício social de 2026; e (iii) a distribuição aos acionistas de dividendos complementares, no montante de R\$ 7.612.167,81 (sete milhões, seiscentos e doze mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos), a serem distribuídos aos acionistas conforme deliberação da Diretoria. Adicionalmente, os acionistas, por unanimidade de votos, ratificam a distribuição de dividendos ocorrida no ano de 2025, no montante de R\$ 29.096.003,96 (vinte e nove milhões, noventa e seis mil e três reais e noventa e seis centavos), a conta da reserva estatutária para investimentos da Companhia, conforme deliberação da Diretoria. **7.3.** Aprovar, por maioria de votos, a fixação do número de 3 (três) membros para compor a Diretoria da Companhia, conforme o art. 11 do Estatuto Social da Companhia. **7.4.** Aprovar, por maioria de votos, a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, para o mandato de 1 (um) ano, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026: (i) **Mário de Andrade Ramos Neto**, brasileiro, divorciado, engenheiro, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua São José nº 70, 19º andar, parte, Centro, portador da cédula de identidade nº 01.767.866-5, do IEPF, inscrito no CPF sob o nº 070.402.887-53, como Diretor Presidente da Companhia; (ii) **Izabel Carmen de Andrade Ramos**, brasileira, solteira, advogada, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua Marques de São Vicente nº 351, apto. 904, bloco 2, portadora da cédula de identidade nº 124.200 OAB/RJ, inscrita no CPF sob o nº 087.385.967-76, como Diretora da Companhia; e (iii) **Mário Henrique Vieira Bretas**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, com domicílio na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Av. Vieira Souto nº 220, apto. 301, Ipanema, portador da cédula de identidade nº 29.692.661-9 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 592.364.187-91, como Diretor da Companhia. **7.5.** Aprovar, por maioria de votos, a remuneração anual global dos Diretores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de até R\$ 1.941.812,00 (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e doze reais). **8. DOCUMENTO ARQUIVADOS:** Os documentos submetidos à Assembleia foram arquivados na sede da Companhia. **9. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada isoladamente pelos membros da Mesa, nos termos da IN DREI 81. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em Livro Próprio. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026. **Mário de Andrade Ramos Neto** - Presidente; **Gabriela Codorniz** - Secretária. **Acionistas Presentes:** Mário de Andrade Ramos Neto, Maria Cecília Vieira Bretas, Mário Henrique Vieira Bretas, Espólio de Mário Sergio Vieira Bretas representado por Teresa Cristina da Silva Bretas, Izabel Carmen de Andrade Ramos, Andrea de Andrade Ramos, Elizabeth de Andrade Ramos, Claudia de Andrade Ramos e Monica de Andrade Ramos. Jucejra nº 7761992 em 11/05/2026.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Zapix Participações Ltda - CNPJ 13475349/0001-21, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº 000230.000269/2026-20, Licença Ambiental Municipal Previa e Instalação para a atividade de recebimento de aterro, localizado na Avenida das Américas, Km 33, nº 33849 - PAL 16810, Barra da Tijuca/RJ.

RICARDO PRESENTES LTDA
CNPJ Nº 33.060.120/0001-33 – NIRE Nº 332.0023627-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da RICARDO PRESENTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 33.060.120/0001-33, com contrato social registrado na JUCERJA sob o nº 33.2.0023627-7 ("Sociedade empresária limitada"), para Reunião de Sócios, a realizar-se às 09h00min na Av. Nilo Peçanha, nº 50, sala 2608, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.020-100, no dia 18 de maio de 2026, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Possibilidade de realização de reunião híbrida; (b) Substituição do administrador não-sócio da Sociedade; (c) Alteração do Contrato Social da Sociedade.

EDIORO EDITORA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.160.920/0001-28 - NIRE 33.3.0026701-8

Convocação AGO: O Conselho de Administração da Cia., na forma do Art. 7º do Estatuto Social da Cia., convoca os acionistas da Cia. a participarem da AGO, que acontecerá no dia 28/05/26, às 11h., em formato híbrido, por videoconferência, por meio de link de acesso a ser enviado oportunamente aos acionistas da Cia., bem como na sede da Cia., na Av. Rio Branco, 115, 12º/parte, Centro, RJ/RJ, CEP: 20.040-004, e terá a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores da Cia., examinar, discutir e votar as DFs individuais e consolidadas da Cia., relativas ao exercício social findo em 31/12/25; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos da Cia., se houver. Os documentos pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia foram publicados na forma do Art. 133 da Lei 6.404/76, e encontram-se disponíveis para acesso pelos acionistas na sede da Cia. e mediante solicitação ao endereço eletrônico juridico@ediouro.com.br. Encerrada a AGO, a ata será disponibilizada para assinatura digital dos presentes via plataforma ProJuris. Eventuais manifestações serão recebidas pela mesa, que tomará as providências cabíveis. RJ, 13/05/26. **Jorge Rodrigues Carneiro** - Presidente do Conselho de Administração

V2I ENERGIA S.A.

CNPJ nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 07 de abril de 2026, às 11:00 horas, na sede da V2I Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. **3. PRESENÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, nas edições digitais de 03, 04, 05 e 06 de abril de 2026 e impressas de 3, 4, 5 e 6 de abril de 2026, páginas 5, 6 e 7 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 103.029.303,17 (cento e três milhões e vinte e nove mil e trezentos e três reais e dezessete centavos), aprovar a destinação de (a) R\$ 5.151.465,16 (cinco milhões cento e cinquenta e um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R\$ 24.469.459,50 (vinte e quatro milhões quatrocentos e sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, dos quais R\$ 12.068.268,87 (doze milhões sessenta e oito mil duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos) foram pagos ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 12.401.190,63 (doze milhões quatrocentos e um mil cento e noventa reais e sessenta e três centavos) serão pagos até em 31 de dezembro de 2026; (c) e (d) R\$ 73.408.378,51 (setenta e três milhões quatrocentos e oito mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca** - Presidente da Mesa, **Bruno Miguel Sieiro Ferreira** - Secretário. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 12/05/2026 sob o nº 00007766554, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SECRETARIA DE ATENÇÃO
ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIAMINISTÉRIO DA
SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2026

A Pregoeira MARITÍCA FREITAS DA SILVA convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.031/2026 no dia 25/05/2026 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de materiais hospitalares (Micropipetas de Volumes Programáveis) (Pipetas automáticas de volume Programável (2 a 20 microlitro), Pipetas automáticas de volume Programável (5 a 50 microlitro), Pipeta automática monocalcanal com intervalo de volume programável de 10 a 100 microlitro e etc.) Processo nº. 33409.010576/2025-16. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.



SOROCABA

STF confirma por unanimidade retorno de 'prefeito tiktoker'

RAISA TOLEDO/AW

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade permitir o retorno de Rodrigo Manga (Republicanos) ao cargo de prefeito de Sorocaba (SP). O colegiado consolidou o entendimento do ministro Nunes Marques, que autorizou o retorno do prefeito em decisão liminar no mês de março.

O julgamento no plenário virtual foi concluído na segunda-feira passada. Os ministros Dias Toffoli, André Mendonça, Gilmar Mendes e Luiz Fux acompanharam o voto do relator Nunes Marques.

Manga ficou afastado da prefeitura por 145 dias por medida cautelar determinada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Ele também estava proibido de acessar os edifícios oficiais. O argumento era de que ele poderia atrapalhar as investigações se continuasse no cargo.

Em fevereiro, Manga foi denunciado pela Procuradoria Regional da República por organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção passiva, peculato, contratação ilegal e fraude em licitações. A denúncia é baseada na Operação Cópia e Cola da Polícia Federal (PF), que investigou o prefeito e aliados por suspeita de desvios de recursos da Saúde do município. A defesa refuta as acusações.

Ao rever o afastamento do cargo, Nunes Marques afirmou que as evidências apresentadas pela investigação não justificam a manutenção da medida cautelar, sob risco de "violação à soberania po-

pular, à estabilidade institucional e ao princípio da não culpabilidade".

Mantê-lo afastado representa, segundo o ministro, "intervenção excessiva na esfera política e administrativa do Município, sem que a autoridade policial tivesse demonstrado a ocorrência de risco efetivo e atual à ordem pública ou à persecução penal".

Nunes Marques considera que o único fato recente listado para justificar preocupação com a continuidade do esquema criminoso foi um contrato assinado em junho de 2025 pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba (SAAE). O ministro afirmou que o SAAE é uma autarquia da administração indireta e não faz parte do Executivo municipal, não havendo vínculo categórico entre o contrato e ação do prefeito.

Após recuperar o cargo no fim de março, Manga comemorou a decisão nas redes sociais com um vídeo em que é sujo com um líquido marrom e em seguida limpo com água. "Tentaram manchar minha imagem, mas Deus fez justiça na minha vida e eu voltei. E Deus usou um membro da Suprema Corte para corrigir tamanha injustiça", disse.

Em outra publicação, de segunda-feira, ele comemora com um bolo e dispara confetes. "Em nenhum momento eu baixei a cabeça. Desde o primeiro dia eu sabia que Deus, a Justiça e o povo iam mostrar isso no tempo certo", diz.

Manga ganhou o apelido de "prefeito tiktoker" pelos vídeos humorísticos publicados nas redes que o tornaram conhecido nacionalmente.

MÃE DE ROBINHO

Corregedoria prende 4 policiais por extorsão de criminosos

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

A Corregedoria-Geral da Polícia Civil de São Paulo deflagrou ontem, a Operação Quina para cumprir mandados de prisão temporária contra quatro policiais civis suspeitos de extorsão qualificada e associação criminosa armada contra traficantes.

Os alvos são três investigadores da Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes (Dise) de Carapicuíba e um investigador do 1º Distrito Policial de Taboão da Serra. São eles Tiago Henrique de Souza Carvalho, Diogo Prieto Junior, Roberto Castelano e João Ruper Rodrigues.

Segundo a Corregedoria, o grupo é suspeito de sequestrar traficantes e exigir propinas milionárias para libertá-los. As investigações apontam que os policiais ostentavam elevado padrão de vida. Na casa de um dos agentes, antigo na corporação, foram encontrados R\$ 60 mil em dinheiro vivo.

Um dos casos investigados envolve Fábio Oliveira Silva, apontado como integrante da quadrilha responsável pelo sequestro da mãe do ex-jogador Robinho, ocorrido em novembro de 2004, em Praia Grande, no litoral paulista. Ela ficou 41 dias em cativeiro na zona norte de São Paulo e foi libertada após pagamento de resgate.

Segundo o relato de Fábio à Corregedoria, ele foi abordado em 2 de abril de 2026 por homens que se identificaram como policiais civis e entraram em sua residência sem mandado judicial. Depois, teria sido levado para a sede da Dise

de Carapicuíba, onde passou a sofrer ameaças de prisão caso não pagasse R\$ 1 milhão.

De acordo com a investigação, os policiais afirmavam que poderiam forjar um flagrante contra ele caso o valor não fosse pago. Diante das ameaças, o primo de Fábio, Eder Wilson de Jesus Silva, teria negociado e pago R\$ 303 mil ao grupo. O dinheiro, segundo os autos, foi entregue em uma padaria de Barueri e, depois, contado dentro da unidade policial.

Mesmo após o pagamento parcial, as ameaças teriam continuado. As vítimas afirmam que os investigadores seguiram cobrando o restante do dinheiro por telefone, mensagens e áudios. Em uma nova negociação, o valor exigido teria sido reduzido para R\$ 500 mil, com imposição de prazos para o pagamento.

Segundo a representação da Corregedoria, João Ruper Rodrigues atuava como principal responsável pelas cobranças e pelo recebimento do dinheiro obtido nas extorsões. Já Tiago Henrique de Souza Carvalho teria participado da abordagem inicial das vítimas, das ameaças e da renegociação dos valores exigidos.

A investigação aponta ainda que Roberto Castelano chefiou a diligência que resultou na condução da vítima até a delegacia, enquanto Diogo Prieto Junior teria participado tanto da ação inicial quanto do recebimento do dinheiro.

"A Corregedoria Geral da Polícia Civil ressalta que a atuação reforça o compromisso da instituição com a legalidade, a ética e o combate a desvios de conduta funcional", afirmou a corporação.

JAGUARÉ

Sabesp paga R\$ 5 mil de auxílio a famílias afetadas por explosão

ELISA CALMON/AE

A Sabesp anunciou ontem, o aumento do valor emergencial pago aos moradores afetados pela explosão ocorrida na tarde de segunda-feira, no bairro do Jaguaré, Zona Oeste da capital paulista. A cifra subiu dos R\$ 2 mil previstos inicialmente para R\$ 5 mil, segundo a vice-presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Sabesp, Samanta Souza.

Ainda segundo a executiva, 194 famílias afetadas foram cadastradas, até o momento, para receber o valor emergencial, destinado a ajuda de custos enquanto as empresas finalizam o levantamento de todos os prejuízos. Os cidadãos impactados estão recebendo assistência médica e psicológica e sendo levados para hotéis, segundo nota conjunta divulgada pela Sabesp e Comgás.

O acidente ocorreu durante uma obra de remanejamento de

tubulação de água, quando houve o atingimento de uma rede de gás. A explosão matou uma pessoa, deixou ao menos outras três feridas e atingiu 35 casas, de acordo com a Defesa Civil do Estado.

"A Comgás e a Sabesp lamentam profundamente a morte de um morador e se solidarizam com seus familiares e demais vítimas da explosão", afirmam as empresas.

Ainda segundo o pronunciamento, as causas da ocorrência

estão sendo apuradas e as empresas colaboram com as investigações das autoridades competentes.

A explosão aconteceu em uma comunidade localizada em uma área próxima à Rua Dr. Benedito de Moraes Leme e à Rua Piraúba, atrás do Condomínio Morada do Parque. O impacto da explosão arremessou pesos, provocou a quebra de vidros de prédios ao redor e o colapso de estruturas de residências.

Defesa Civil descarta novas explosões e alerta para risco de desabamentos

EDERSON HISING/AE

A Defesa Civil de São Paulo descartou ontem, o risco de novas explosões na tubulação de gás no Jaguaré, zona oeste da capital paulista. Apesar disso, o órgão alerta para a possibilidade de desabamentos de estruturas de imóveis atingidos por uma explosão na tarde de segunda-feira, que matou uma pessoa e deixou outras três feridas.

"Não há risco de novas explosões. A concessionária de gás fez a interrupção do fornecimento, não há mais nenhum vazamento constatado. O risco que há é do desabamento de alguma estrutura, em virtude da fragilidade dessa estrutura, por isso que não liberamos eles (moradores) para entrarem", afirmou o diretor de Comunicação da Defesa Civil de São Paulo, o tenente Maxwell Souza.

Segundo ele, o órgão precisa ter a garantia de que não há ris-

cos para a volta dos moradores às suas casas e apartamentos. "Considerando que uma parede, uma coluna ou teto ainda possa cair, a gente precisa primeiro que os engenheiros passem, certifiquem que não há nenhum risco e aí sim vamos liberar gradualmente para que as pessoas possam pelo menos pegar os seus pertences", explicou.

O trabalho da perícia no local ainda não foi concluído. Dados preliminares indicam que dez casas foram interditadas - e outras 36 sofreram danos indiretos. De acordo com o tenente da Defesa Civil, o número pode tanto aumentar quanto diminuir. Cerca de 160 pessoas foram afetadas, sendo que 61 estão desabrigadas e precisaram passar a noite em um hotel custeado pelas empresas envolvidas.

Os moradores de um condomínio com 320 apartamentos também precisaram deixar o prédio temporariamente, mas

foram posteriormente autorizados pela Defesa Civil a retornar às unidades. Durante a madrugada, equipes do Corpo de Bombeiros concluíram os trabalhos de busca no local.

A explosão ocorreu na tarde da última segunda-feira, na comunidade Senhora das Virtudes II, em uma região que fica nas proximidades das ruas Dr. Benedito de Moraes Leme e Piraúba, atrás do Condomínio Morada do Parque.

Com a força do impacto, casas foram destruídas, estruturas desabaram e vidros de prédios vizinhos se quebraram. Moradores relataram tremores e correria logo após a explosão.

VISTORIA DE IMÓVEIS

Participam do trabalho de vistoria 15 técnicos da Polícia Técnico Científico, Polícia Civil, IPT e Defesa Civil. Além disso, assistentes sociais também estiveram no local na manhã de on-

tem para cadastrar novas vítimas que tiveram danos em seus imóveis.

OS CULPADOS

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) afirmou que a explosão ocorreu durante uma obra de remanejamento de tubulação de água realizada na região.

Segundo a companhia, uma tubulação de gás foi atingida durante a execução do serviço. "A atividade foi imediatamente paralisada", informou a empresa em nota. A Sabesp afirmou ainda que a intervenção havia sido previamente alinhada e acompanhada pela concessionária responsável pela rede de gás.

A Comgás informou ter sido acionada às 15h15 para atender a um vazamento de gás no local. De acordo com a empresa, equipes chegaram à região às 15h37 e conseguiram interromper o vazamento.

SEGURANÇA

SP anuncia medidas para ampliar política de proteção às mulheres

ROBERTO SUNGI/ GOVERNO DO ESTADO DE SP



Nesta terça-feira, Dia da Policial Militar Feminina, o Governo de São Paulo anunciou um pacote de medidas para ampliar as políticas públicas de proteção, acolhimento e enfrentamento à violência contra a mulher. As ações, que integram o movimento São Paulo Por Todas, foram apresentadas durante o evento "SP por Todas Mais Seguras", realizado no Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Entre os destaques está o lançamento da Patrulha Mulher Segura, primeira estrutura de ronda da Polícia Militar voltada exclusivamente à proteção das mulheres no estado, além da criação dos Espaços Lilás em unidades da PM, da ampliação do aplicativo SP Mulher Segura e do anúncio de investimentos em viaturas, equipamentos e tecnologia para reforço das forças de segurança.

"Estamos fortalecendo o enfrentamento à violência contra a mulher e à violência doméstica. Precisamos estimular os canais de comunicação e dar meios para que a mulher possa nos procurar, dizer o que está acontecendo e nos informar. Essa é a maneira de tentar dar amparo, assistência e talvez seja a esperança para a gente enfrentar e vencer essa situação", disse o governador Tarcísio de Freitas.

"A ideia é estabelecer uma rede de proteção, disseminando as políticas públicas do Estado também para os municípios, dar capilaridade a essa ação e fazer com que todo mundo entenda que é parte desse enfrentamento. Vamos tentar fazer com que a rede de proteção seja ampliada e chegue na ponta da melhor

maneira possível", completou.

O evento marcou a abertura da adesão das prefeituras às atas de registro de preços da Secretaria da Segurança Pública, que facilita a aquisição de veículos, equipamentos e tecnologias pelas guardas municipais. As prefeituras poderão utilizar contratos já realizados pelo Estado para compra de viaturas, motocicletas, drones, coletes balísticos, bases móveis, kits de primeiros socorros, EPIs e equipamentos não letais, reduzindo burocracias e garantindo economia estimada de até 30%.

Também foi autorizado o emprego de policiais militares por meio da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (DEJEM) em ocorrências de violência doméstica. Chamada de DEJEM Lilás, a medida tem como objetivo aumentar a capacidade operacional das equipes especializadas.

MULHER SEGURA

A Patrulha Mulher Segura atuará de forma preventiva e os-

tensiva no acompanhamento de ocorrências de violência doméstica, especialmente as atendidas pela Cabine Lilás, além dos acionamentos via aplicativo SP Mulher Segura.

O objetivo é monitorar situações de risco que, muitas vezes, não resultam imediatamente em boletim de ocorrência, mas que podem evoluir para episódios mais graves de violência doméstica. As equipes também irão mapear áreas e ocorrências recorrentes.

Para implantação da nova estrutura, o Governo do Estado prevê a entrega de mais de 100 viaturas até o fim do ano. Além da nova patrulha especializada, o Estado realizou a entrega de outras 99 viaturas para reforço das forças de segurança.

A Polícia Militar recebeu 79 veículos, sendo 75 destinados ao policiamento operacional nas regiões Sul, Leste e Oeste da capital e quatro adaptados para Ronda Escolar para o atendimento de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Polícia Civil recebeu outras 20 viaturas destinadas ao fortalecimento das atividades de investigação e atendimento à população, duas delas adaptadas. O investimento total nas entregas é de R\$ 20,9 milhões.

ESPAÇO LILÁS

Outra medida anunciada foi a criação do Espaço Lilás em 40 unidades da Polícia Militar em todo o estado. Os locais serão destinados ao acolhimento, orientação e acompanhamento contínuo de mulheres vítimas de violência doméstica, complementando o trabalho já realizado pela Cabine Lilás.

Enquanto a Cabine Lilás atua no atendimento emergencial de chamadas do 190 e no apoio a ocorrências em andamento, o Espaço Lilás terá foco no acompanhamento contínuo das vítimas, com ações preventivas e fortalecimento da rede de proteção.

"O Espaço Lilás transforma o atendimento à violência doméstica de um modelo pontual para um modelo contínuo, preventivo e de acompanhamento próximo da vítima dentro da própria estrutura da PM", disse o secretário da Segurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves.

O atendimento será feito preferencialmente por policiais militares mulheres e terá três frentes: visitas realizadas em até dez dias após ocorrências atendidas pela PM, acompanhamento de vítimas sob risco de nova agressão e ações do grupo PVS Acolher, vinculado ao programa Vizinhança Solidária. A iniciativa também prevê integração com outros serviços públicos da rede de proteção.

OPERAÇÃO

PF mira deputado e fraudes em contratos de R\$ 200 mi

FELIPE PONTES/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a Operação Castratio, com o objetivo de colher provas sobre um esquema de fraude em contratos de R\$ 200 milhões firmados pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Seappa).

Ao todo são cumpridos 12 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em São Paulo, autorizados pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Um dos principais alvos é o deputado federal Marcelo Queiroz (PSDB-RJ), que foi secretário de Agricultura estadual à época

dos crimes investigados.

O deputado teve o celular apreendido. Em endereços de outros alvos, a PF também confiscou dinheiro vivo, carros e aparelhos eletrônicos. O material deverá agora ser periciado em busca de provas sobre o esquema.

A Polícia Federal apura o direcionamento de licitações para castração e esterilização de animais, que teriam favorecido ilegalmente a empresa Consuvel, criada meses antes de assinar um primeiro contrato com a Seappa, em julho de 2021.

O contrato foi firmado apesar de parecer contrário da assessoria jurídica da pasta, que havia constatado a incapacidade da empresa executar o contrato,

por não possuir filiais, por exemplo, o que a impediria de atuar em todo estado.

Para contornar o impedimento, a empresa apresentou contratos de locação de espaços em dois municípios do interior, que teriam sido firmados em 2020.

A PF apontou que tais documentos são fraudulentos, uma vez que a própria empresa somente foi criada em 2021.

O primeiro contrato foi assinado na gestão de Queiroz mesmo com a empresa ainda sem autorização do Conselho Regional de Medicina Veterinária para atuar. A autorização só foi obtida três meses após o acordo.

Depois, a Consuvel viria a

vencer licitação em que apresentou apenas a quarta melhor proposta. Uma das justificativas foi a experiência anterior da empresa nos serviços prestados. Tais contratos anteriores, contudo, haviam sido facilitados pelo gestor Antonio Emilio Santos, que deixou a secretaria e, dois meses depois, assumiu como sócio da empresa.

Em relatório encaminhado ao Supremo, a PF afirmou que Antonio Emilio Santos “desempenhou um papel crucial na manipulação interna para favorecer interesses particulares” e destacou que “num intervalo de 2 meses, [ele] ingressou na empresa privada vencedora da licitação na qual foi autorizada por ele mesmo”.

PREFEITURA

Rio inicia vacinação atualizada da Covid-19 para idosos e gestantes

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS) inicia hoje a vacinação atualizada contra a cepa LP8.1 da Covid-19. Nesta primeira etapa, a imunização será voltada para idosos com 70 anos ou mais e gestantes. Outras faixas etárias serão contempladas nas próximas semanas, de maneira escalonada, conforme o cronograma de envio de doses pelo Ministério da Saúde. Para as crianças de 6 meses a 5 anos, a vacina baby já é atualizada com a cepa LP8.1 e está disponível para vacinação de rotina.

“É importante lembrar que o vírus da Covid-19 continua circulando e provocando casos graves, especialmente entre os

grupos mais vulneráveis, como idosos e gestantes. Todo ano precisamos atualizar a imunização contra a Covid-19, assim como acontece com a gripe. Por isso, chamamos os cariocas para se protegerem e protegerem seus familiares tomando a vacina atualizada contra a cepa LP8.1, começando agora pelas pessoas com 70 anos ou mais e gestantes e escalonando para os outros grupos nas próximas semanas, de acordo com o cronograma do Ministério da Saúde”, diz o secretário municipal de Saúde, Rodrigo Prado.

A vacina é segura e a única forma de prevenção para reduzir o risco de internação e mortalidade pela doença. O imunizante

covid-19 LP8.1 adulto está disponível em todas as 241 unidades de Atenção Primária (clínicas da família e centros municipais de saúde) do município e nas unidades do Super Centro Carioca de Vacinação em Botafogo (aberto todos os dias, das 8h às 22h), na Zona Oeste (no ParkShoppingCampoGrande, seguindo o horário de funcionamento do shopping) e na Zona Norte (Shopping Nova América).

Além da Covid-19, é importante se vacinar contra outras doenças, como influenza, febre amarela e sarampo. No caso da vacina contra a gripe, doença cujo período de maior sazonalidade acontece nos meses de outono e inverno, a campanha é

direcionada a todas as pessoas a partir de seis meses de idade. Também é fundamental que as gestantes a partir da 28ª semana de gestação se vacinem contra o vírus sincicial respiratório (VSR) para prevenir formas graves de bronquiolite em bebês, doença que costuma apresentar aumento de casos nesta época do ano.

Já quanto ao sarampo e à febre amarela, as vacinas estão disponíveis para quem nunca tenha tomado os imunizantes ou que atendam a outras condições contempladas no calendário de vacinação. Em caso de dúvida, o usuário deve procurar uma unidade de saúde para receber orientação.

DOCUMENTO

Ministério da Saúde libera versão digital da Caderneta da Gestante

PRISCILA THERESO/ABRASIL

O Ministério da Saúde lançou ontem a nova Caderneta Brasileira da Gestante, em versão digital, disponível em aplicativo. O objetivo é facilitar e ampliar a organização de exames de pré-natal e dos cuidados com mães e bebês.

A principal novidade é o cuidado integrado e a possibilidade de a gestante ter as informações disponíveis digitalmente, do pré-natal ao nascimento da criança.

A confeiteira Jeniffer Antunes está na terceira gestação e conhece bem a importância da Caderneta Brasileira da Gestante.

“Que tem todas as nossas informações tanto da gestação atual quanto das gestações anteriores. Fala se você já teve aborto, se você tem filho vivo, se teve natimorto, fala do teu tipo sanguíneo, dos exames, fala de tudo. Então, assim, é muito importante. Onde a gente vai, a gente tem que andar com ela”.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, explica que a atualização do conteúdo da caderneta inclui informações sobre o cuidado na maternidade e o puerpério, além do plano de parto.

“A gestante passa a ter esse instrumento para levar na maternidade, exigir que seja feito [o plano de parto], porque é uma orientação do Ministério da Saúde de que o profissional oriente essa gestante, ouça a gestante daquilo que ela quer durante todo o parto. Tem orientações também sobre como perceber sinais de violência obstétrica, isso é muito

importante para que essa gestante, junto com a acompanhante, possa denunciar uma situação como essa”, disse Padilha.

No documento ainda é possível registrar quem será o acompanhante, métodos de alívio da dor, informação de doula, procedimentos e cuidados pós-par-

to, além de incluir as vacinas que a gestante deve tomar. Todo o conteúdo é integrado com o Meu SUS digital.

Ainda no evento de lançamento da caderneta, na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o ministro Alexandre

Padilha assinou uma portaria que vai destinar R\$ 37,8 milhões aos bancos de leite humano.

Na segunda-feira foi lançada a campanha de 2026, com o mote “Solidariedade que nutre, vida que cresce”. O Brasil tem hoje a maior rede pública de banco de leite humano do mundo.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

BANCOS

Febraban alerta para golpe do falso emprego: isca para capturar dados

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou comunicado ontem alertando para o golpe do falso emprego. Segundo a entidade, criminosos assediam pessoas que estão procurando trabalho e oferecem o que parece ser “uma vaga imperdível”. A oferta enganosa é isca para capturar dados de candidatas.

De acordo com a Febraban, criminosos se passam por falsos recrutadores e também como integrantes de falsas agências de emprego enviando mensagens por WhatsApp, e-mail ou em redes sociais.

“Assim, obtêm fotos das vítimas, imagens de documentos, informações bancárias e assinaturas digitais”, alerta.

Além de dados, os golpistas podem pedir dinheiro para

pagamento de taxa de inscrição, realização de falsos exames médicos ou pagamento de curso preparatório para a vaga que não existe.

Os riscos, além de perder dinheiro imediatamente com essas despesas fictícias, são as vítimas terem sua imagem usada em autenticações biométricas e, junto com documentos informações bancárias, os criminosos levantarem financiamentos em nome das pessoas que caíram no golpe.

No golpe do falso emprego, os criminosos cometem estelionato, que é a vantagem ilícita para si ou para outra pessoa em prejuízo da vítima, furto mediante fraude e apropriação indébita. Os três delitos estão previstos no Código Penal.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Uso de IA na saúde chega a 18% dos estabelecimentos

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A utilização de inteligência artificial (IA) no setor da saúde já atinge 18% dos estabelecimentos brasileiros de atendimento – 11% dos públicos e 21% dos privados.

Os dados, divulgados ontem, referem-se a 2025, e são da 12ª edição da pesquisa TIC Saúde, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que entrevistou 3.270 gestores de estabelecimentos de saúde no país.

O levantamento é organizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) – departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

“Nos últimos anos, observamos uma rápida disseminação das tecnologias de Inteligência Artificial. Por isso, tornou-se importante ampliar a investigação para compreender como essas tecnologias vêm sendo incorporadas pelo conjunto dos estabelecimentos de saúde”, explica o gerente do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Alexandre Barbosa.

Segundo a pesquisa, as principais aplicações de IA no setor de saúde brasileiro são:

- Organizar os processos clínicos e administrativos (45% dos estabelecimentos);
- Melhorar a segurança digital (36%);
- Melhorar a eficiência dos tratamentos (32%);

- Auxiliar na logística (31%);
- Apoiar a gestão de recursos humanos ou recrutamento (27%);
- Auxiliar nos diagnósticos (26%) e
- Auxiliar na dosagem dos medicamentos (14%).

DESAFIOS

De acordo com o levantamento, a adoção de IA no país ainda enfrenta obstáculos significativos. Nos hospitais com mais de 50 leitos, por exemplo, os gestores apontam custos elevados (63%), falta de priorização institucional (56%) e limitações relacionadas a dados e capacitação (51%) para a adoção da nova tecnologia.

“O avanço do uso da IA na saúde exige profissionais qualificados para que essa tecnologia seja aplicada de forma segura e responsável. Além disso, a consolidação de diretrizes e marcos regulatórios é fundamental para sustentar a adoção ética da IA em um setor que lida com informações sensíveis e impacta diretamente no cuidado com os pacientes”, destaca a coordenadora de projetos de pesquisas do Cetic.br, Luciana Portilho.

O levantamento mostra ainda que 9% dos estabelecimentos utilizam internet das coisas; e 5%, tecnologia robótica com uso de internet.

Serviços online disponibilizados aos pacientes, como a visualização de resultados de exames, foram oferecidos por 39% dos estabelecimentos; o agendamento de consultas, por 34%; e o de exames, por 32%.

Nota

RJ DIVULGA 1,5 MIL OPORTUNIDADES DE EMPREGO COM CARTEIRA, ESTÁGIO E JOVEM APRENDIZ

RJ divulga 1,5 mil oportunidades de emprego com carteira assinada, estágio e jovem aprendiz. O Governo do Estado está divulgando, esta semana, 1.520 oportunidades de emprego formal, estágio e jovem aprendiz no Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Trabalho e Renda e da Fundação Mudes. Nas regiões Metropolitana, Médio Paraíba e Serrana, a equipe do Sistema Nacional de Emprego (Sine) captou 1.408 vagas de emprego formal. Para os estudantes que procuram por estágio ou uma chance como jovem aprendiz, há 112 oportunidades em vários municípios fluminenses, oferecidas pela Fundação Mudes. Na Região Metropolitana, estão concentradas 65% das vagas: são 915 chances, entre cozinheiro de restaurante, em Ipanema, e fisioterapeutas, na Tijuca, com remuneração de até três salários mínimos (R\$ 4.863). Já para pessoas com deficiência (PcD), há 55 oportunidades distribuídas pela região, tais como agente de saneamento, agente social, empacotador à mão, operador de vendas, repositor de supermercados e técnico de laboratório. Os salários variam de um a dois mínimos (R\$ 1.621 a R\$ 3.242). Para quem busca emprego na região do Médio Paraíba, há 317 oportunidades com salário médio de R\$ 3.242 e exigência do Ensino Fundamental completo. Na região Serrana, a captação de vagas reuniu 176 posições em Teresópolis, entre as quais as de analista de estoque, analista de recursos humanos e atendente balconista.

JORNADA DE TRABALHO

Boulos volta a criticar 'terrorismo econômico' contra fim da 6 por 1

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos (foto), afirmou ontem que a proposta do fim da escala de trabalho 6 por 1 tem enfrentado resistência porque atinge interesses de setores poderosos da economia brasileira.

"Esses grupos chegam a fazer terrorismo econômico, na tentativa de postergar a votação da matéria no Legislativo", disse no programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

De acordo com Boulos, os grupos contrários à redução da jornada de trabalho que dá ao trabalhador dois dias de folga semanais, estão tentando, inclusive, estabelecer prazos para que a nova jornada comece a vigorar. Algo que, segundo ele, não terá apoio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na avaliação do ministro, o presidente Lula, ao defender a redução da jornada de trabalho, se coloca em posição de enfrentamento a "um grande sistema econômico". "Mas foi para isso que ele foi eleito", acrescentou.

RECORRENTE

As críticas à proposta, segundo o ministro, fazem parte de um movimento recorrente sempre que há avanços em direitos trabalhistas, o mesmo quando se propôs a criação do salário mínimo, das férias remuneradas e do 13º salário.

"O que existe é um terrorismo econômico brutal nessa história, que, aliás, não é novo no Brasil, se você observar os arquivos dos jornais de 1940,

quando (o então presidente) Getúlio Vargas criou a lei do salário mínimo. Hoje, tem doído para tudo. Alguns até falam em acabar com o salário mínimo. Mas ninguém aceita isso", argumentou.

O ministro defendeu que o debate sobre o tema seja feito com base em dados reais. Nesse sentido, citou estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), segundo o qual o impacto médio da redução da jornada para 40 horas semanais seria de cerca de 1% no custo operacional das empresas.

"Isso é semelhante ao impacto causado pelo aumento real do salário mínimo, algo que se teve em todos os governos do Lula. Alguma empresa faliu? Gerou desemprego? Ao contrário, temos o menor índice de desemprego da série histórica no Brasil. A atividade econômica, o PIB, está crescendo como não crescia há 12 anos no país", afirmou.

"Você tem muita conversa de terrorismo para querer inviabilizar, e tem pouco fato", complementou.

Boulos reiterou o argumento de que a redução da jornada tem, entre seus impactos positivos, o aumento da produtividade.

"Não é segredo para ninguém que um trabalhador cansado vai render menos. Tem havido uma explosão de casos de Burnout [síndrome do esgotamento] no trabalho, por ansiedade, depressão, exaustão. No ano passado, 500 mil trabalhadores foram afastados por problemas de saúde mental, por excesso de trabalho", argumentou.

SANTA CATARINA

MP diz que cão Orelha não foi morto por adolescentes

Após análise de quase 2 mil arquivos, vídeos e laudos técnicos, o Ministério Público de Santa Catarina concluiu que o cão Orelha não foi morto após ser agredido por um grupo de adolescentes, mas sim devido a uma "condição grave e preexistente". O órgão divulgou ontem sua decisão e pediu à Justiça o arquivamento do caso.

A morte do animal, que aconteceu em janeiro deste ano, teve grande repercussão nacional. As investigações da Polícia Civil de Santa Catarina revelaram na época que Orelha, um cachorro comunitário, havia morrido após ser agredido cruelmente, por volta das 5h da manhã na praia onde morava, por um grupo de adolescentes.

As autoridades pediram a internação de um dos jovens que teria atacado o cão. Segundo a análise feita pela promotoria, os adolescentes e Orelha "não estiveram juntos na praia no período da suposta agressão". O órgão

afirma que a morte do bicho - que foi submetido à eutanásia - aconteceu devido a uma "condição grave e preexistente, e não à agressão". A promotoria protocolou sua manifestação, que tem 170 páginas, no Juízo de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital na última sexta-feira passada. O órgão afirma que o documento analisou quase dois mil arquivos digitais como vídeos, mensagens de celular e fotos.

RECONSTITUIÇÃO

A reconstituição da cronologia dos fatos feita pelo MP foi decisiva para a mudança do veredito, segundo informa o órgão. Na versão da Polícia Civil, o adolescente que seria o principal agressor teria permanecido na praia junto com o animal durante cerca de 40 minutos. Após a análise do material, a promotoria concluiu que há "inconsistências temporais que modificaram substancialmente a narrativa".

HABILITAÇÃO

CNH: Senado aprova renovação automática a 'bons condutores'

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 1327/25, que prevê, entre outros pontos, a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para inscritos no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), o chamado cadastro dos bons condutores. O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O RNPC oferece benefícios aos motoristas que não cometeram infrações de trânsito sujeitas à pontuação nos últimos 12 meses. Entre os benefícios estão descontos em tributos, pedágios, estacionamentos e seguros, além de prever a renovação sem custos da carteira de motorista.

Pela proposta, aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados, condutores com mais de 50 anos e menos

de 70 terão direito à renovação automática apenas uma vez. Já os motoristas com 70 anos ou mais e os que têm a validade da CNH reduzida por recomendação médica não receberão o benefício.

Além da renovação automática, o texto aprovado trata de outras mudanças no Código de Trânsito Brasileiro. Entre outros pontos, permite a emissão física ou digital da CNH, a critério do condutor.

O texto mantém exames médicos de aptidão física e mental e avaliação psicológica, no processo de renovação da habilitação. No entanto, prevê a definição de um preço público fixado por órgão de trânsito da União para esses exames. Os valores terão atualização anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O relator na comissão mista que analisou a MP, senador Renan Filho (MDB-AL), classifi-

cou de avanço as alterações propostas.

"As mudanças representam um importante avanço no processo de modernização, racionalização e redução de custos associados ao sistema brasileiro de habilitação de condutores", afirmou Renan Filho no parecer sobre o texto.

Ao defender o seu relatório no plenário, o senador apontou que a medida vai desburocratizar ainda mais o processo de habilitação.

"Mantivemos a renovação automática para o bom condutor e se ele não cometer infração, não precisará se preocupar com o Estado. Só vai precisar fazer o exame", disse.

DORES CRÔNICAS

Os senadores aprovaram ainda o Projeto de Lei (PL) 336/2024, que estabelece diretrizes básicas para o atendimento das pessoas com dor crônica

no Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto diz que caberá aos órgãos competentes determinar a forma da regulamentação das regras, com informação prévia acerca dos potenciais riscos e efeitos adversos do tratamento.

A iniciativa, que também vai para a sanção presidencial, também institui o dia 5 de julho como o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica, representado pela cor verde.

Outro projeto aprovado, o PL 4.676/2019, altera as normas de certificação de armazéns de produtos agropecuários. Pelo texto, a adesão dos armazéns ao sistema de certificação pública passa a ser voluntária. Isso permite criar um ambiente regulatório em que empresas de certificação privadas possam competir com o regime de certificação pública. A matéria vai à sanção presidencial.

PARANÁ

Conselho de Ética de Assembleia aprova cassação de Renato Freitas

RAISA TOLEDO/AE

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou na segunda-feira passada, parecer favorável à cassação do mandato do deputado estadual Renato Freitas (PT-PR).

A defesa do parlamentar terá cinco dias para recorrer da decisão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, o caso segue para votação em plenário. São necessários ao menos 28 votos favoráveis entre os 54 parlamentares da Casa para que a perda do mandato se confirme.

A representação pela cassação alegou conduta considerada incompatível com o decoro parlamentar e foi apresentada após briga com um manobrista em que ele se envolveu no Centro de Curitiba, em novembro do ano passado. O colegiado ouviu como testemunhas o manobris-

ta e duas pessoas que acompanhavam Freitas na ocasião.

Cinco dos seis integrantes do Conselho de Ética votaram pela cassação. Único voto contrário, o deputado Dr. Antenor (PT) sugeriu penas mais brandas, como suspensão temporária das prerrogativas regimentais. Ele apontou decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) que reconhece que Renato Freitas não estava no exercício do mandato parlamentar durante os fatos, esgotamento do prazo e irregularidades nas provas colhidas durante o processo.

Na mesma sessão, o colegiado analisou outros dois procedimentos contra o deputado: um se refere à sua atuação durante manifestação em um supermercado, e o outro envolve uma discussão com o deputado Márcio Pacheco (Republicanos-PR) e um assessor do parlamentar.

O Conselho aprovou em

ambos os casos a suspensão das prerrogativas regimentais de Freitas, tais como relatar projetos e presidir comissões parlamentares, por 30 dias. Essas duas medidas, assim como a cassação, precisarão ser apreciadas pelo plenário da Alep.

Em entrevista coletiva, o deputado estadual afirmou que o resultado da votação não foi "nenhuma surpresa". "É um jogo de cartas marcadas porque já começou cassando um mandato, a medida mais gravosa possível", disse.

Ele acredita não ser possível reverter a decisão na Casa e pretende acionar a Justiça. "As razões jurídicas é que devem convencer a CCJ. Apresentamos elas e acreditamos que elas vão vencer lá na frente, no Judiciário. Mas aqui na CCJ, infelizmente, é político", disse. "Lá em Brasília, no STJ ou no STF, é on-

de talvez o direito ainda dê a baliza, a Constituição ainda dê a baliza, porque aqui a lei é a vontade dos coronéis".

A imprensa, Renato Freitas também comentou a briga corporal que motivou as representações apresentadas contra seu mandato. Segundo ele, sua reação foi motivada por acreditar que sua filha poderia ser agredida na confusão.

O parlamentar afirmou não concordar com o episódio ser levado à Alep. "É privado, não diz respeito à ordem pública, ao patrimônio público. Deixe que a justiça dê a resposta, que investiguem, porque até hoje não teve a perícia nem do celular do indivíduo que filmou na rua e nem das câmeras do estabelecimento que filmou. Para essa gente não importa as provas, importa a vingança privada deles", disse sobre os colegas de Casa.

FALASTRÃO

MPT abre investigação contra Zema por 'apologia ao trabalho infantil'

MARIA MAGNABOSCO/AE

O Ministério Público do Trabalho (MPT) abriu uma investigação para apurar uma fala do ex-governador de Minas Gerais e pré-candidato à Presidência da República, Romeu Zema (Novo), na qual propôs permitir que crianças trabalhem no Brasil caso seja eleito. A denúncia foi apresentada no dia 4 de maio pela Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, presidida pelo deputado federal Túlio Gadêlha (PSD-PE).

Segundo o MPT de Minas Gerais, foi instaurada uma notícia de fato contra Zema para apurar a "denúncia por suposta prática de apologia ao trabalho infantil e ameaça a direitos difusos e coletivos". O órgão afirmou que o procedimento "será analisado e a instituição adotará as medidas cabíveis".

Zema indicou em uma entrevista que pode propor mudanças na legislação para ampliar as hipóteses em que jovens podem trabalhar no Brasil, caso seja eleito para comandar o País. Atualmente, a idade mínima é de 16 anos, que cai para 14 anos

nos casos dos jovens aprendizes.

Ao comentar sobre o assunto, Zema utilizou o termo "criança" ao defender a medida. Após a repercussão negativa, ele publicou um novo vídeo, no qual mantém o posicionamento, mas passa a utilizar o termo "adolescente" em vez de criança.

"Quando eu era criança, era permitido tirar uma carteira de trabalho aos 14 anos. Infelizmente, no Brasil se criou essa ideia de que jovem não pode trabalhar. Sei que o estudo é prioritário, mas toda criança pode estar ajudando com questões simples, que estão ao alcance dela", disse Zema no podcast Inteligência Ltda na sexta-feira, 1.º, Dia do Trabalhador.

"A esquerda criou essa noção de que trabalhar prejudica a criança. Lá fora, nos Estados Unidos, criança sai entregando jornal, recebe lá não sei quantos cents por jornal entregue, no tempo que tem. Aqui, proibido, você está escravizando criança. Mas tenho certeza que nós vamos mudar isso aí", continuou o ex-governador de Minas Gerais.

Na representação, a Frente Parlamentar afirma que as declarações de Zema "não apenas ex-

pressam uma opinião, mas sinalizam um projeto político de desmantelamento de décadas de conquistas civilizatórias, normalizando prática que a Constituição Federal veda como cláusula pétreia, além de que o ordenamento jurídico brasileiro e internacional se esforçam por erradicar".

Após a declaração ao podcast, a assessoria de imprensa do pré-candidato do Novo divulgou uma nova fala de Zema, na qual ele diz querer dar "oportunidades de trabalho" para adolescentes.

"No Brasil, isso já é permitido a partir dos 14 anos como aprendiz, mas precisamos ampliar essas oportunidades, com proteção e sem atrapalhar a escola", afirmou Zema.

Segundo Gadêlha, a lógica de Zema trata a criança "não como um sujeito de direitos prioritários, mas como um potencial agente econômico, cuja força de trabalho poderia ser utilizada em 'questões simples'", escreve o deputado na representação. "Tal visão remonta a um passado que a Constituição, o ECA, a CLT e os tratados internacionais de Direitos Fundamentais dos quais o Brasil é signatário se esforçaram

por superar", completa.

TRABALHO INFANTIL

A Constituição Federal estabelece que a idade mínima para o trabalho no Brasil é de 16 anos. A exceção são os aprendizes, que podem firmar contratos especiais de trabalho a partir dos 14 anos.

Nesses casos, porém, o foco não é no trabalho em si, e, sim, que o jovem aprenda uma profissão - normalmente de nível técnico. Além disso, é obrigatório que o adolescente esteja matriculado na escola, o horário do trabalho seja compatível com as atividades escolares e a jornada seja limitada a três horas diárias.

No Brasil, a idade mínima para o trabalho já foi de 12 anos conforme a Constituição de 1967, promulgada durante a ditadura militar. A partir de 1988, subiu para 14 anos e, dez anos depois, na Reforma da Previdência aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, chegou aos atuais 16 anos.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o País tinha 1,6 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil em 2024.

SEGURANÇA

Lula lança programa de R\$ 11 bi contra o crime organizado

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem, o programa Brasil Contra o Crime Organizado e anunciou medidas voltadas à segurança pública. O pacote prevê investimento de R\$ 11 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão do Orçamento da União e R\$ 10 bilhões via empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os estados.

“O Brasil contra o Crime Organizado foi construído em diálogo com os estados, especialistas e forças de segurança pública e tem por objetivo desarticular as bases econômicas, operacionais e sociais das organizações criminosas em todo o território nacional”, diz comunicado da Presidência.

O programa será estruturado em quatro eixos estratégicos:

- asfixia financeira das organizações criminosas;
- fortalecimento da segurança no sistema prisional;
- qualificação da investigação e do esclarecimento de homicídios; e
- combate ao tráfico de armas.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Em coletiva de imprensa, na semana passada, o presidente Lula destacou que é preciso “destruir o potencial financeiro do crime organizado e das facções”. Após a reunião com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no último dia 7, Lula afirmou que o Brasil está disposto a colaborar com outros

países nesse sentido.

“Vamos fazer algumas frentes (com o programa Brasil Contra o Crime Organizado), uma delas é a questão financeira. Nós precisamos destruir o potencial financeiro do crime organizado e das facções. Eles hoje viraram, em alguns casos, empresas multinacionais. Eles estão em vários

países, no futebol, na política, no meio empresarial, estão em todo lugar, no poder Judiciário”, disse.

O programa deve ser formalizado por meio de um decreto presidencial e quatro portarias, exigindo a adesão dos estados para o acesso aos recursos do BNDES.

Lula diz que criará Ministério da Segurança após Senado aprovar PEC

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o governo criará o Ministério da Segurança Pública assim que o Senado Federal aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25, conhecida como PEC da Segurança Pública, já aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados.

“Sempre recusei aprovar o Ministério da Segurança Pública enquanto a gente não tivesse definido qual seria o papel do governo federal na segurança pública”, completou.

Durante o lançamento do programa Brasil Contra o Crime Organizado, Lula lembrou que,

na Constituição de 1988, “quase toda a responsabilidade” no que diz respeito à segurança pública foi repassada aos governos estaduais. “A gente estava, naquela época, com muita necessidade de nos livrar, no governo federal, porque era sempre um general de quatro estrelas que tomava conta da segurança pública”.

“Agora, estamos sentindo a necessidade de que o governo federal volte a participar ativamente, mas com critérios e com determinação. A gente não quer ocupar o espaço dos governadores, nem o espaço da polícia estadual. O dado concreto é que, se a gente não trabalhar junto, a gente não con-

segue vencer. E o crime organizado se aproveita da nossa divisão.”

ENTENDA

Preparada pelo governo federal após consulta aos governadores, a PEC da Segurança Pública, entregue em 2025 pelo então ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, busca desburocratizar e dar maior eficiência ao trabalho de autoridades no combate a organizações criminosas, inclusive por meio da aproximação de entes federativos com o governo federal.

Um dos pilares da proposta é o de dar status constitucio-

nal ao Sistema Único de Segurança Pública, criado em 2018 por lei ordinária. A fim de desburocratizar procedimentos que, no formato atual, dificultam a ação das autoridades, está prevista uma maior integração entre União e entes federados para elaborar e executar as políticas voltadas à segurança pública.

Para tanto, prevê a padronização de protocolos, informações e dados estatísticos, em um contexto em que, com 27 unidades federativas, acaba-se tendo 27 certidões de antecedentes criminais distintas, 27 possibilidades de boletins de ocorrências e 27 formatos de mandados de prisão.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Nunes Marques toma posse na presidência do TSE; Mendonça é vice

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Kassio Nunes Marques tomou posse ontem no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições presidenciais de outubro.

Ele assumiu a cadeira deixada pela ministra Cármen Lúcia, que encerrou seu mandato de dois anos à frente da Corte. O ministro André Mendonça foi empossado na vice-presidência.

A cerimônia foi acompanhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), além de outras autoridades dos Três Poderes. Cerca de 1,5 mil pessoas foram convidadas.

A escolha do presidente do TSE ocorre por antiguidade entre os ministros que também compõem o Supremo Tribunal Federal (STF).

O TSE é formado por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados indicados pelo presidente da República, além dos respectivos substitutos.

Com a posse, a nova composição de ministros será formada por Nunes Marques, André Mendonça, Cármen Lúcia, Antonio Carlos Ferreira (STJ), Ricardo Villas Boas Cueva (STJ), Floriano Azevedo Marques (jurista) e Estela Aranha (jurista).

PERFIL

Natural de Teresina (PI), Kassio Nunes Marques tem 53 anos e foi indicado ao Supremo em 2020 pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para ocupar a vaga deixada pelo ministro aposentado Celso de Mello. Antes de chegar ao Supremo, atuou como desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília. Também foi advogado por cerca de 15 anos e juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí.

André Mendonça tem 53 anos e chegou ao Supremo em dezembro de 2021, indicado por Bolsonaro. O ministro tem doutorado em direito pela Universidade de Salamanca (Espanha). Antes de chegar ao STF, foi servidor de carreira da advocacia pública federal entre os anos de 2000 e 2021. Ele também exerceu os cargos de advogado-geral da União e ministro da Justiça durante o governo Bolsonaro.

CÂMARA

Comissão aprova projeto que libera FGTS para compra de armas

ADRIANA VICTORINO/AE

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou ontem, um projeto de lei que autoriza o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de arma de fogo.

A proposta autoriza que trabalhadores possam sacar os valores anualmente, na data de seu aniversário ou dia útil subsequente. Para isso, será necessária a apresentação da autorização de compra de arma e regularidade no Sistema Nacional de Armas (SINARM) ou no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA).

De autoria do deputado Marcos Pollon (PL-MS), a proposta limita o saque ao valor necessário para a aquisição da arma, cota anual de munições correspondentes à arma comprada e outros acessórios.

Na justificativa, o deputado alegou que o projeto “harmoniza os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do direito à autodefesa e da liberdade in-

dividual, com a função social do FGTS”. Segundo Pollon, o texto assegura aos cidadãos o “pleno exercício de sua legítima defesa”.

O relator da proposta, deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), foi favorável ao projeto sob a justificativa de que o uso da arma de fogo “aumenta o custo da ação criminosa e reduz a vulnerabilidade da vítima”.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado em 13 de setembro de 1966, com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. Atualmente, é permitido o saque somente em situações específicas, como em demissões sem justa causa, doenças graves, aposentadoria e compra da casa própria.

Também é permitido aos trabalhadores o saque em casos de calamidade, o que permite ao trabalhador sacar parte do valor em casos de desastres naturais como alagamentos, deslizamento e fortes chuvas.

Nota

SANCIONADA LEI QUE ENDURECE PENA A CONDENADOS POR MORTE DE POLICIAIS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, a lei que prevê regime disciplinar mais rígido para condenados por assassinato de policiais no exercício da função ou em decorrência dela. O texto da Lei 15.407/26 foi publicado ontem no Diário Oficial da União. Pela nova legislação, presos por homicídio ou tentativa de homicídio de policiais, militares das Forças Armadas e outros integrantes da segurança pública, devem ser mantidos, preferencialmente, em estabelecimentos penais federais de segurança máxima. A regra vale para presos provisórios ou condenados. Eles também podem ser incluídos no regime disciplinar diferenciado, que se caracteriza por medidas mais rígidas de reclusão, como cela individual, visitas restritas, fiscalização de correspondência e menos saídas da cela. Esse regime tem duração máxima de até dois anos e é aplicado a presos que subvertem a ordem ou representam alto risco, incluindo líderes de organizações criminosas. A proposta foi aprovada em abril pelo Congresso Nacional. Lula vetou os dispositivos que obrigatoriamente incluíam no regime disciplinar diferenciado os presos por homicídio contra policiais ou que tenham reiterado na prática de crimes cometidos com violência à pessoa ou grave ameaça, hediondos ou equiparados.

INVESTIGAÇÃO

Dino manda TSE analisar uso de emendas em campanha eleitoral

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) ofícios para que os órgãos apurem a possibilidade de fraudes no direcionamento de emendas parlamentares com objetivos eleitorais.

Dino tomou a medida na ação em que é responsável por supervisionar se a liberação e execução das emendas estão de acordo com a Constituição e em conformidade com decisões anteriores do Supremo.

O ministro atendeu a pedido das organizações Contas Abertas, Transparência Brasil e Transparência Internacional, que alertaram o Supremo sobre possíveis esquemas no direcionamento de emendas com objetivos eleitorais.

Segundo as entidades, o risco é que uma empresa receba recursos de emendas indicadas por um parlamentar enquanto outra, controlada pelo mesmo beneficiário final, seja contratada pela campanha do mesmo parlamentar. Dessa forma, es-



JOSE CRUZ/ABRASIL

sas emendas custeariam as campanhas com dinheiro público.

“Este fornecimento geralmente é subfaturado, de modo que, na realidade, as emendas parlamentares estão sendo utilizadas indireta e indevidamente como verba de campanha”, afir-

ma a petição apresentada ao Supremo.

O ministro mandou que TSE e PGR analisem a possibilidade e tomem “as providências que entenderem cabíveis”.

No mesmo despacho, o ministro mandou que o Tribunal de Contas da União (TCU) infor-

me se já é possível disponibilizar ao público o painel para acompanhamento de execução de emendas que já utiliza internamente.

Dino também mandou os presidentes das Assembleias Legislativas estaduais e distrital informarem sobre a adequação dos processos orçamentários locais ao modelo federal. Outra providência foi para que a Controladoria-Geral da União (CGU) explique a falta de estrutura, em especial de servidores, para supervisionar a execução de emendas.

EMENDAS

Em 2024, após tomar posse no Supremo, Flávio Dino assumiu a condução dos processos que tratam da transparência no repasse das emendas.

Em fevereiro do ano passado, Dino homologou o plano de trabalho no qual o Congresso se comprometeu a identificar os deputados e senadores responsáveis pelas emendas ao Orçamento e os beneficiários dos repasses. A medida liberou o pagamento dos recursos, que chegaram a ser suspensos por falta de transparência.

Mundo**GUERRA**

Irã exige aceitação de 5 pontos para negociar acordo com os EUA

PATRICIA LARA/AE

O fim da guerra em todas as frentes de batalha e o término de todas as sanções fazem parte de uma lista de cinco pontos que o Irã demanda para retomar as negociações com os EUA, segundo a agência de notícias Fars.

Os outros pontos incluem a liberação de todos os ativos congelados, o pagamento de uma compensação de guerra para fazer frente a gastos de reconstrução e o reconhecimento de que a soberania do Estreito de Ormuz é do Irã, ainda segundo a agência.

Com o conflito entre os EUA e Israel contra o Irã se aproximando de completar 3 meses, notícias seguem reve-

lando o impacto ampliado das tensões no Oriente Médio.

A Reuters revelou que a Arábia Saudita lançou vários ataques contra o Irã, sem divulgar publicamente, em retaliação a ataques realizados a alvos sauditas durante a guerra no Oriente Médio, segundo duas autoridades ocidentais informadas sobre o assunto e duas autoridades iranianas.

Os ataques sauditas, que não haviam sido noticiados anteriormente, marcam a primeira vez que se sabe que o reino realizou diretamente uma ação militar em território iraniano e mostram que ele está se tornando muito mais ousado ao se defender contra seu principal rival regional.

LONGA CONVERSA

Trump: acho que não precisa da ajuda de Xi em relação ao Irã

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ontem que acha que não precisa de ajuda do presidente chinês, Xi Jinping, em relação ao Irã, mas que terá uma "longa conversa" sobre a guerra com o líder da China.

Falando com repórteres antes de sua viagem à Pequim, Trump se mostrou otimista sobre o encontro e afirmou estar animado para as conversas: "ótimas coisas vão acontecer". Segundo ele, as reuniões na China devem se concentrar no comércio bilateral e Xi Jinping visitará Washington no fim do ano.

O republicano também voltou a ameaçar o Irã caso um acordo não seja fechado. "O Irã vai chegar a um acordo ou será

dizimado", enfatizou, acrescentando que Teerã "fará o que é certo, ou nós vamos levar isso até o fim". Ainda sim, o mandatário comentou que a situação está "sob controle" com o país persa.

Sobre as negociações, Trump frisou que o Paquistão está sendo ótimo intermediário e que o bloqueio americano no Estreito de Ormuz tem sido efetivo. Ele reiterou que está desapontado com a falta de apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e que o Irã não pode ter uma arma nuclear. De acordo com o presidente, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) está "tendo algumas dificuldades", mas que ele "não tem nada a ver" com os desafios que o cartel do petróleo está enfrentando.

NEGOCIAÇÃO

Irã diz que possui duas demandas nucleares que são 'questão de honra'

THAIS PORSCH/AE

O membro da Comissão de Segurança Nacional do Parlamento do Irã Abbas Ghalroo disse ontem, que os Estados Unidos têm duas exigências que são uma questão de honra para a República Islâmica, e não podem ser aceitas: a cessação permanente do enriquecimento de urânio e a entrega do material enriquecido para Washington, informou a agência Iran International.

Segundo o presidente da Comissão de Segurança Nacional e Política Externa do Parlamento persa, Ebrahim Azizi, uma das opções, em caso de um novo ataque por parte dos ameri-

canos, poderia ser o enriquecimento de urânio a 90%. "Vamos examinar no Parlamento", escreveu Azizi na rede X.

Em paralelo, o Kuwait acusou Teerã ontem de enviar uma equipe armada da Guarda Revolucionária para atacar uma de suas ilhas, segundo a Associated Press. O Irã não reconheceu imediatamente a acusação.

O Kuwait disse que uma equipe de seis membros armados da Guarda tentou se infiltrar na Ilha Bubiyan, na região noroeste do Golfo Pérsico, perto do Iraque. O governo kuwaitiano afirmou que deteve quatro dos homens, enquanto dois escaparam - um oficial de segurança foi ferido no ataque.

Nota

TRUMP DIZ NÃO TER PRESSA EM RELAÇÃO AO IRÃ E QUE PAÍS NÃO PODE POSSUIR ARMAS NUCLEARES

O presidente dos EUA, Donald Trump, destacou que Washington "não tem pressa para nada" em relação ao Irã, ao participar do podcast Sid & Friends in The Morning, ontem. Segundo ele, a resolução do conflito "é uma questão de tempo", à medida que as expectativas se concentram na resolução da guerra diante das novas ameaças trocadas entre os lados. "Temos um bloqueio que não dá dinheiro aos iranianos. Não podemos deixar que eles tenham uma arma nuclear porque eles a usariam. E se isso acontecer, querem ver uma tragédia? Seria inacreditável. Então não podemos deixar que eles tenham uma arma nuclear e não vamos deixar", reiterou.

51º ESTADO

Donald Trump fala em anexar Venezuela aos EUA

GEOVANNA HORA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou na segunda-feira passada, que considera "seriamente" anexar a Venezuela como o 51º Estado do país, segundo a emissora Fox News.

Em uma conversa por telefone com o apresentador John Roberts, Trump teria dito que o desejo de anexar a Venezuela é motivado pelas reservas de petróleo do país, avaliadas em US\$ 40 trilhões.

O republicano também teria afirmado ser popular entre os venezuelanos. "A Venezuela

ama o Trump", teria dito.

Procurada pela emissora, a Casa Branca não deu detalhes sobre como seria o plano de Trump para anexar a Venezuela.

"Como o presidente já disse, as relações entre a Venezuela e os EUA têm sido extraordinárias. O petróleo está começando a fluir, e grandes quantias de dinheiro, nunca vistas antes, em breve ajudarão o grande povo da Venezuela", disse um porta-voz da Casa Branca à Fox News.

Após a captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro em janeiro, durante uma operação militar americana, o presidente afirmou que os EUA governariam a Venezuela "até uma

transição segura" e trabalhariam em colaboração com a então vice-presidente venezuelana, Delcy Rodríguez.

De acordo com a Fox News, nos últimos meses integrantes do gabinete de Trump e assessores de energia da Casa Branca têm se reunido com altos executivos de grandes petrolíferas para incentivar investimentos na Venezuela.

Para que a Venezuela se tornasse um Estado americano, seria necessária a aprovação do Congresso dos EUA e a autorização dos venezuelanos, o que, segundo Delcy, jamais ocorreria.

"Isso jamais teria sido cogitado, porque se há uma coisa que

nós, venezuelanos e venezuelanas, temos em comum, é o amor pelo nosso processo de independência, o amor pelos nossos heróis e heroínas da independência", afirmou Delcy.

Essa não foi a primeira vez que Trump falou sobre uma possível anexação do território venezuelano. Em março, após a Venezuela ser campeã do Clássico Mundial de Beisebol (WBC), em Miami, o republicano sugeriu que o país fosse transformado em um Estado americano.

O presidente também já sugeriu anexar outras regiões, como Groenlândia, Canadá e Cuba.

SATANÁS 2

Rússia testa ogiva intercontinental que alcança mais de 35 mil km

GEOVANNA HORA/AE

A Rússia anunciou ontem, que realizou o teste final do sistema de mísseis balísticos intercontinentais Sarmat, segundo a agência de notícias estatal Tass.

O presidente russo, Vladimir Putin (foto), afirmou que o míssil pode se mover em uma trajetória suborbital, o que permite um alcance de mais de 35 mil quilômetros. Segundo ele, esse é "o sistema de mísseis mais poderoso do mundo".

O alcance supera a distância entre Rússia e Argentina. "O rendimento total da ogiva entregue é mais de quatro vezes maior do que o de qualquer equivalente ocidental existente e mais poderoso", disse Putin.

O Sarmat será o substituto do Voyevoda, que foi apelidado pe-

lo Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) de "Satanás". Por isso, o novo míssil passou a ser chamado pela aliança de "Satanás 2".

O comandante das Forças de Mísseis Estratégicos, Sergey Karakayev, afirmou em um relatório enviado a Putin que a implantação do Sarmat "aumentará significativamente as capacidades de combate das forças nucleares estratégicas terrestres para garantir a destruição de alvos e cumprir missões de dissuasão estratégica".

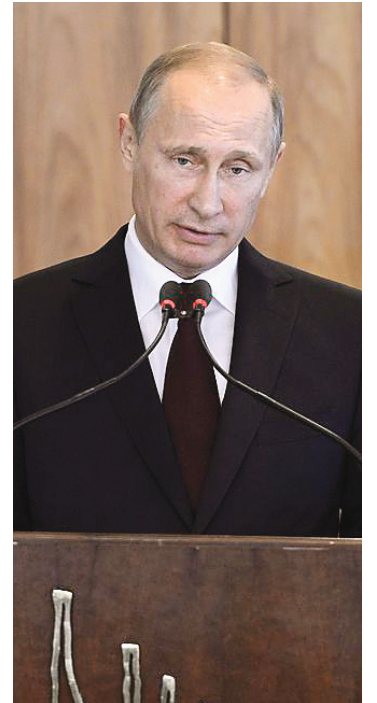
Segundo ele, o novo míssil supera o antecessor em termos de capacidades de combate, "principalmente em alcance, carga útil, prontidão de lançamento e nas contramedidas que emprega, o que lhe permite superar de forma confiável os sistemas de defesa

antimísseis existentes e futuros".

Karakayev afirmou ainda que o teste final foi bem-sucedido e que, por isso, o sistema poderá entrar em operação até o final de 2026. A data também foi confirmada por Putin, que disse que a Rússia está "implementando gradualmente o programa de desenvolvimento das forças nucleares adotado".

O presidente acrescentou que Moscou trabalha para aprimorar suas "forças de dissuasão" desde o início dos anos 2000. Segundo ele, após a retirada dos Estados Unidos do Tratado de Mísseis Antibalísticos, em 2002, a Rússia foi obrigada "a considerar a garantia de sua segurança estratégica na nova realidade e a necessidade de manter um equilíbrio estratégico de poder e paridade".

WILSON DIAS/BRASIL

**EUA**

Desagrado com economia pressionada Trump e republicanos antes de eleição

PEDRO LIMA/AE

A percepção dos americanos sobre a economia segue deteriorada e pode ampliar a pressão sobre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o Partido Republicano às vésperas das eleições legislativas de 2026, segundo pesquisa CNN/SSRS divulgada ontem.

O levantamento mostra que 55% dos entrevistados consideram a economia e o custo de vida o principal problema do país atualmente. Além disso, 77% afirmam que as políticas de Trump aumentaram o custo de vida em suas comu-

nidades, avanço em relação aos 60% registrados em abril de 2025.

A aprovação do republicano na área econômica permanece baixa. Apenas 30% aprovam sua condução da economia, enquanto 70% desaprovam. Em inflação, a aprovação cai para 26%, e, em preços da gasolina, para 21%. A atuação do presidente em relação à classe média recebe aprovação de 33% dos entrevistados, contra 67% de desaprovção.

A pesquisa também aponta aumento do pessimismo econômico. Cerca de 69% acreditam que os Estados Unidos provavel-

mente entrarão em recessão no próximo ano, enquanto 65% avaliam que as políticas de Trump pioraram as condições econômicas do país.

Os entrevistados também demonstraram preocupação com impactos recentes sobre as finanças pessoais. Para 75%, a guerra com o Irã tem efeito negativo sobre sua situação financeira. Já 65% afirmam que tarifas mais altas sobre produtos estrangeiros prejudicam suas finanças.

Apesar do desgaste republicano em temas ligados ao custo de vida, o eleitorado segue dividido sobre qual partido teria

melhor desempenho na condução da economia. Os democratas aparecem com 35% das preferências nessa área, contra 33% dos republicanos, enquanto 32% dizem não confiar em nenhum dos dois partidos.

Na disputa genérica para o Congresso, os democratas têm leve vantagem: 45% dos eleitores registrados afirmam que votariam em candidatos democratas, ante 42% que escolheriam republicanos.

A pesquisa foi realizada entre 30 de abril e 4 de maio com 1.499 adultos nos Estados Unidos e margem de erro de 2,8 pontos percentuais.

CONFLITO

Hezbollah pede que Líbano abandone negociações diretas com Israel

O líder do grupo xiita libanês Hezbollah, Naim Kassem, pediu ao governo do Líbano que se retire das negociações diretas com Israel, classificando-as como uma concessão e defendendo "negociações indiretas", em carta nesta terça-feira.

Kassem afirmou que a disputa sobre a posse de armas pelo Hezbollah é um assunto interno e não deveria fazer parte das conversas com Israel. O governo libanês tem buscado o desarma-

mento do grupo desde que a última rodada de combates eclodiu no início de março, classificando como ilegais todas as atividades militares do grupo.

As autoridades libanesas também exigiram a cessação das hostilidades, a retirada israelense do Líbano, o deslocamento de tropas libanesas para o sul do rio Litani, a libertação de prisioneiros libaneses detidos em Israel e o retorno de deslocados às suas casas. Kassem

disse que o Hezbollah está pronto para cooperar para ajudar a alcançar os cinco pontos exigidos pelo governo do país.

Líbano e Israel devem realizar dois dias de conversas em Washington a partir amanhã, na tentativa de encerrar os mais recentes combates, iniciados há dois meses, e discutir o futuro das relações entre os dois lados - que estão em guerra desde a criação de Israel, em 1948.

Apesar do cessar-fogo media-

do pelos EUA, em vigor desde 17 de abril, Israel e Hezbollah continuaram realizando ataques diários. Desde a madrugada desta terça, a força aérea de Israel realizou ataques em diferentes áreas do sul do Líbano, além da aldeia de Sohmar, no leste do Vale do Beqaa, informou a agência estatal National News Agency (NNA). Segundo a NNA, bombardeios aéreos na aldeia de Jibchit mataram três pessoas e feriram outras quatro.